

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.457 - RS (2019/0365103-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : LEONI DA APARECIDA MATTOS OLIVEIRA
ADVOGADO : DARCI VIEIRA LOUREGA - RS035273

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO AUXÍLIO-DOENÇA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.022 do CPC.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 71 da Lei n. 8.212/91 e dos arts. 59 e 101 da Lei 8.213/91, no que concerne à possibilidade de cessar o benefício após o trânsito em julgado, independente da necessidade de comunicar o juízo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Portanto, a lei permite a cessação dos benefícios por incapacidade, mesmo que concedidos judicialmente, ainda mais após o trânsito e julgado quando já restou exaurida a jurisdição. Ou seja, não é razoável a criação de obrigação para o INSS no sentido da necessidade de comunicar o juízo para só então autorizar cessação de benefício por incapacidade, após ter sido apurado por perícia médica o retorno da capacidade laborativa. Primeiro porque tal decisão não encontra respaldo na norma previdenciária que, ao contrário, determina que a administração do benefício é tarefa exclusiva do INSS; Segundo porque concedido judicialmente o benefício e transitada em julgado a decisão resta exaurida a jurisdição, não podendo o juízo se tornar um órgão consultivo/fiscalizador do INSS e ; Terceiro porque não se poderia criar uma classe de cidadãos privilegiados, imunes a revisão administrativa dos benefícios, pelo simples fato de ter obtido o benefício pela via judicial. (fls. 184).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 60 da Lei n. 8.213/91, no que concerne à alta programada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O que não se pode admitir é a manutenção indevida de benefícios,

por meses ou anos, quando o autor há muito restabeleceu sua capacidade laborativa, gerando prejuízos ao INSS que, ao fim, reverte-se em prejuízo dos próprios segurados que são os mantenedores da Previdência Social. (fls. 187).

[...]

Destarte, eventual reconhecimento da ilegalidade do procedimento, ressalta com denodo uma inversão de valores, qual seja, que é preferível se manter um benefício indevido até o trânsito em julgado da decisão, ainda que desnecessária, do que se exigir do segurado um simples pedido administrativo de prorrogação. Diante destas situações, segundo tão malograda concepção, e do grande número de perícias a serem realizadas, os segurados que já tivessem retomado a capacidade laborativa permaneceriam por meses ou até anos recebendo o benefício, em clara violação do art. 60 da Lei 8.213/91. (fls. 188).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda e à terceira controvérsias, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Em resumo, após decisão judicial de concessão de auxílio-doença, estando a decisão vigente, enquanto o feito não for julgado em segunda instância, necessário submeter ao juízo eventuais razões para o cancelamento do benefício, o qual não poderá decorrer diretamente da decisão administrativa. Após este marco, será suficiente a comunicação do cancelamento e das razões, precedida de perícia administrativa.

Registro que a convocação para nova perícia administrativa, conquanto possa acontecer a qualquer tempo (§10 do artigo 60 da Lei nº 8.213 introduzido pela Lei nº 13.457/2017), pressupõe a observação do que foi estabelecido no respectivo julgamento (ou decisão liminar), em termos de prazo ou condições específicas para revisão da concessão.

No caso, mantenho a decisão agravada, pois o INSS cancelou o benefício antes do trânsito em julgado da sentença sem pedir autorização ao juízo a quo. Ainda que no presente momento já tenha ocorrido o trânsito em julgado, caberá ao INSS realizar nova perícia administrativa e comunicar ao juízo eventual cancelamento e suas razões.

Dessa forma, indefiro o pedido de efeito suspensivo. (fl. 53).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível

Superior Tribunal de Justiça

o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 15/3/2019.

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente